

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.420 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2001

Correção no IR deve ser votada pelo Senado na semana que vem

Aprovado ontem à noite pelos deputados, projeto do senador Paulo Hartung que prevê a correção da tabela do Imposto de Renda, fixada por acordo em 17,5%, pode iniciar sua tramitação ainda hoje no Senado



O senador Bernardo Cabral (C) presidiu a reunião da CCJ em que foi aprovado o limite ao instituto da imunidade

Restrição à imunidade parlamentar passa na CCJ

A proposta que limita a imunidade parlamentar, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e segue para o exame do Plenário.

PÁGINA 5



Crianças ocupam o Plenário do Senado e dizem o que querem: o fato inédito ocorreu ontem durante homenagem da Casa aos meninos e meninas do Brasil para marcar o lançamento dos tratados da Agenda 21 Infantil. Crianças leram documento em que pedem mais amor e menos violência.

PÁGINA 8

A correção da tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas pode ser aprovada pelo Senado ainda este ano e, aí, só dependeria da sanção presidencial para entrar em vigor. A previsão é do presidente do Senado, Ramez Tebet, para quem “a matéria é de interesse da sociedade e não pode ficar para trás”. A proposta original do senador Paulo Hartung previa a correção da tabela em 28,4%.

PÁGINA 4



Geraldo Althoff, Geraldo Cândido e Álvaro Dias entregaram relatório a Tebet (E)

Sugestões da CPI do Futebol podem virar lei em curto prazo

PÁGINA 6

Aprovado fundo para recuperar o São Francisco

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição que cria fundo para revitalizar o Rio São Francisco. A proposta depende de aprovação em segundo turno para ser enviada ao exame dos deputados.

PÁGINA 3



Substitutivo de Sebastião Rocha (D) foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais

Comissão acolhe limite a uso de silicone

PÁGINA 7

Pode mudar aposentadoria de policial feminina

Aos 25 anos de contribuição para a Previdência e com pelo menos 15 anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, mulher poderá deixar o serviço ativo, independentemente da idade

Senado discute autorizações para financiamentos

O Senado discute hoje, em turno único, projetos de resolução que autorizam estados a contratarem financiamentos externos. O Piauí pretende contratar empréstimo de US\$ 22,5 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O Tocantins quer contratar operação de crédito junto ao Mediocredito Central no valor de US\$ 100,3 milhões. Sergipe aguarda US\$ 20,8 milhões do Bird. Já a União quer empréstimo de até US\$ 8 milhões junto ao Bird. Também será discutido projeto que autoriza a elevação temporária do limite de endividamento da Petrobras Transporte S/A em mais R\$ 1 bilhão.

Diretores da Aneel são aprovados por comissão

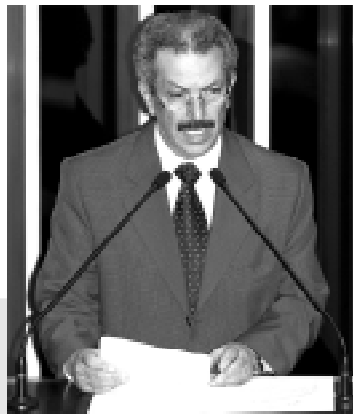
A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, ontem, duas mensagens do Poder Executivo com indicações para cargos na diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Uma reconduz ao cargo Jaconias de Aguiar. A outra indicou Isaac Pinto Averbuch. Os relatores são os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Arlindo Porto (PTB-MG).

Para hoje, está prevista reunião da CI para apreciação do nome de José Alexandre Nogueira de Resende para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e os nomes de Luiz Afonso dos Santos Senna e de Anália Francisca Ferreira Martins para exercerem cargos na diretoria da agência reguladora.

A comissão tem como presidente o senador Alberto Silva (PMDB-PI) e como vice-presidente o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Com 61 senadores a favor, dois contrários e duas abstenções, o Plenário do Senado aprovou projeto de lei complementar de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que regulamenta a aposentadoria da policial feminina. A matéria, que inicialmente seria votada hoje, entrou em pauta um dia antes por sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

A proposta de Tuma teve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), redigido pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Pretende adequar a legislação infraconstitucional sobre a polícia ao que está previsto na Carta Magna. A Lei Maior diz que ho-



Tuma explica que objetivo do projeto é adequar a lei ao que está previsto na Constituição

mens e mulheres terão tempos de serviço diferentes para conseguir a aposentadoria.

Pelo texto aprovado, a policial

mulher poderá se aposentar, voluntariamente, com 25 anos de contribuição, independentemente de sua idade, desde que conte com pelo menos 15 anos de exercício no cargo de natureza estritamente policial. A regra para o homem define 30 anos de contribuição.

PESAR

O Plenário aprovou também requerimento do primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), pedindo um voto de pesar pela morte do prefeito de Bezerros (PE), Lucas Cardoso. Ao justificar seu pedido, o senador afirmou que o prefeito, morto aos 50 anos, era uma das maiores lideranças do agreste setentrional do estado.

Tebet recebe primeiro-ministro russo, embaixadores e candidatas a Miss Brasil

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o primeiro-ministro da Rússia, Mikhail Kassianov. Tebet disse que o Parlamento brasileiro estará representado na comitiva da visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso àquele país, programada para o próximo mês de janeiro, numa demonstração da importância que o Congresso Nacional atribui à intensificação das relações bilaterais.

Tebet e Kassianov conversaram por cerca de meia hora no Salão Nobre do Senado. Estavam presentes os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Gerson Camata (PMDB-ES) e o deputado Átila Lins, do Grupo Parlamentar de Cooperação Brasil-Rússia.

O presidente do Senado recebeu, também ontem, a visita de cortesia dos embaixadores da Polônia, Krzysztof Jacek, e da República Popular da China, Wan Yongxiang. Os embaixadores fa-



Candidatas ao concurso Miss Brasil 2002, que se realiza em Brasília, posam com o presidente do Senado, Ramez Tebet

laram sobre o interesse de seus países em estreitar as relações com o Brasil em acordos culturais, tecnológicos e comerciais.

Um grupo de 15 candidatas ao concurso Miss Brasil 2002 também esteve com Ramez Tebet. O orga-

nizador do evento – que ocorrerá no próximo sábado em um hotel de Brasília –, Danilo D'Ávila, informou que neste ano, ao contrário de anteriores, o concurso terá a participação de representantes de todos os estados brasileiros.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2001

Presidente
Ramez Tebet

10h – Recebe os embaixadores Musa Amer Odeh, da Palestina, Faris Mufti, da Jordânia, Chahin Farah, da Síria, e Shadia Farrag, do Egito, do Conselho dos Embaixadores dos Países Árabes

10h30 – Recebe os senadores Sebastião Rocha e Carlos Patrocínio, acompanhados dos membros da Comissão Especial do Diploma Darcy Ribeiro

11h – Preside sessão deliberativa ordinária
15h – Recebe o deputado Barbosa Neto, segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 62/01, autoriza o estado do Piauí a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 22,5 milhões; PR nº 63/01, autoriza o estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, junto ao Mediocredito Central, no valor de US\$ 100,3 milhões; PR nº 64/01, autoriza o estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 20,8 milhões; PR nº 65/01, autoriza a elevação temporária do limite de endividamento da Petrobras Transporte (Transpetro) em mais R\$ 1,1 bilhão; PR nº 66/01, autoriza a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 8,8 milhões, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); PLC nº 107/01, institui o ano 2002 como Ano Nacional Carlos Drummond de Andrade; PLC nº 111/00, denomina Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre o aeroporto localizado na cidade do Recife (PE); substitutivo ao PLS nº 543/99, dispõe sobre a seguro-garantia; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

COMISSÕES

9h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: mensagens que submetem à apreciação do Senado os nomes de José Alexandre Nogueira de Resende, Luiz Afonso dos Santos Senna, Naboru Ofugi e Anália Francisca Ferreira Martins para exercerem o cargo de diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela

e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Profissionais de saúde poderão acumular dois cargos públicos

Será promulgada em breve a emenda constitucional que permite a acumulação de até dois cargos públicos por profissionais da área de saúde. Aprovada ontem em segundo turno pelo Senado, a emenda teve 62 votos a favor, cinco contrários e duas abstenções.

A permissão do acúmulo de cargos públicos é hoje restrita a médicos e professores. A autora da proposta, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), acompanhou da Mesa do Senado sua aprovação.

Vários senadores se pronunciaram sobre a proposição. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que a emenda irá "sanar uma grande falha no sistema de saúde". Tião Viana (PT-AC) disse que o sistema só poderá ser erguido quando houver dedicação exclusiva dos profissionais, mas anunciou voto favorável, seguindo diretriz partidária.

Roberto Freire (PPS-PE), que sempre se posicionou contrário à matéria, também defendeu a dedicação exclusiva como essencial para um serviço público de qualidade. Ademir Andrade (PSB-PA) considerou um equívoco dos profissionais a luta pelo duplo vínculo, que vai aumentar a jornada de trabalho, em

vez de melhorar a remuneração.

Para o relator, Osmar Dias (PDT-PR), além de corrigir uma discriminação, a proposta torna mais acessíveis os serviços de saúde. Heloísa Helena (PT-AL) observou que a emenda irá melhorar as condições de trabalho e de atendimento. Emília Fernandes (PT-RS) opinou que o ideal seria carga menor de trabalho e melhor remuneração. Porém, frisou, a PEC garante um serviço de melhor qualidade para as camadas menos favorecidas.

Assim como Carlos Patrocínio (PTB-TO), Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que a emenda beneficiará regiões com carência de profissionais. Ele lembrou que o duplo vínculo não é obrigatório, mas uma opção, com o que concordou Sebastião Rocha (PDT-AP).

Para Bello Parga (PFL-MA), a proposta restringe a oferta de empregos. Relator da Assembléia Nacional Constituinte, Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que a proposta corrige uma injustiça da Carta de 88. Já Lauro Campos (PDT-DF) afirmou que hoje todos os funcionários públicos com dedicação exclusiva trabalham apenas meio expediente, "do contrário morrem de fome".

Senadores acolhem cinco indicações de diplomatas

A Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Grécia, Barbados, Namíbia e Vietnã terão em breve novos representantes do governo brasileiro. O Plenário do Senado aprovou ontem cinco indicações de diplomatas de carreira feitas pelo presidente da República.

Orlando Galvêas Oliveira, ministro de segunda classe do Itamaraty, será o embaixador em Barbados, ilha do Caribe integrante da Comunidade Britânica. O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) favorável à sua aprovação foi relatado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Para a Grécia — país cujo nome oficial é República Helênia — irá o ministro de primeira classe Roberto de Abreu Cruz. O parecer favorável da CRE foi redigido pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Com sede em Montevidéu (Uruguai), a Aladi receberá o ministro de primeira classe Bernardo Pericás Neto. O senador José Coelho (PFL-PE) relatou favoravelmente a indicação na CRE.

Por sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o Plenário



Senadores votam indicações de embaixadores para quatro países e a Aladi

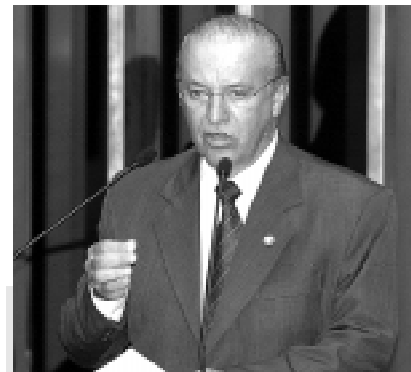
antecipou a votação dos representantes brasileiros na Namíbia e no Vietnã, marcadas para hoje. Para o país africano foi indicado o ministro de segunda classe Cristiano Whitaker, que teve parecer favorável da CRE relatado por Roberto Saturnino. Para o país asiático irá Alcides Gastão Rostand Prates, ministro de segunda classe, cuja indicação teve parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Plenário aprova fundo para revitalizar Rio São Francisco

Proposta destina ao projeto 0,5% da arrecadação de todos os impostos da União, depois de deduzidas as vinculações e participações constitucionais

Por 64 votos a favor e uma abstenção, foi aprovada ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. A proposta ainda será votada em segundo turno no Senado antes de seguir para a Câmara.

De iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto recebeu parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e determina que o fundo terá duração de 20 anos.



Valadares quer assegurar recursos para salvar o São Francisco

A PEC estabelece que o fundo será constituído por 0,5% da arrecadação de todos os impostos da União, depois de deduzidas as vinculações

e participações constitucionais. Estima-se que essa receita alcance R\$ 210 milhões anuais.

Na discussão da PEC, Valadares afirmou que "a revitalização é um objetivo de todos que, acompanhando a morte do São Francisco, esperam que alguma coisa seja feita". O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) lembrou que, como ministro da Integração Nacional, lutou pela transposição das águas do rio. O senador Valdeck Ornêlas (PFL-BA) informou que a comissão especial destinada a acompanhar a revitalização do rio aprovou relatório preliminar, no qual manifesta apoio à emenda constitucional.

Comissão recomenda construção de barragens

A Comissão Especial do Rio São Francisco, destinada a acompanhar o trabalho de revitalização, aprovou por unanimidade o relatório preliminar do senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA) que ataca o conflito de competências decorrente da multiplicidade de agências federais e estaduais responsáveis pelo projeto.

O senador lembrou que o São Francisco é um rio federal, enquanto seus afluentes são estaduais. Por essa razão, qualquer plano da União para a bacia pode ferir a autonomia dos estados. Somente a prática per-



Relatório preliminar de Waldeck Ornêlas foi aprovado por unanimidade

mitará o equacionamento desses conflitos entre as agências, acredita Ornêlas.

O relatório recomenda o trabalho articulado das agências para viabilizar a imediata construção de barragens de pequeno e médio porte ao longo dos afluentes do São Francisco, visando regularizar a vazão do rio. Desse modo, haveria manutenção de volume de águas suficiente para irrigação, abastecimento humano e navegação.

Ornêlas chamou a atenção para o fato de que os R\$ 84 milhões destinados à revitalização do São Fran-

cisco no ano de 2001 têm sido utilizados para o saneamento do rio. Ele mostrou-se inconformado com a previsão orçamentária de 2002, que destina só R\$ 30 milhões ao projeto. "A luta hoje é por um projeto que mal teve o seu início", constata.

DEFESO

Os cerca de 26 mil pescadores da Bacia do São Francisco costumam enfrentar dificuldades para receber o seguro-desemprego na época do defeso, período de reprodução dos peixes em que a pesca é proibida. Entre outras medidas para resolver o problema, Ornêlas sugere que o pagamento do seguro passe a ser feito também em casas lotéricas, já que em muitas comunidades ribeirinhas não existem agências da Caixa Econômica Federal.

Vai à Câmara proposta de incluir Pantanal Sul-Mato-Grossense no patrimônio nacional

O Senado aprovou ontem em segundo turno, com 66 votos a favor e uma abstenção, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui, entre os patrimônios nacionais, o Pantanal Sul-Mato-Grossense. De autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a proposta será agora analisada pela Câmara.

A Constituição já faz referência à Floresta Amazônica, à Mata Atlântica, à Serra do Mar, à Zona Costeira e ao Pantanal Mato-Grossense como áreas que constituem patrimônio nacional. Em sua justificativa, Tebet afirma que Mato Grosso do Sul detém 65% da chamada região do

Pantanal.

O relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), informou que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) estuda a inclusão do Pantanal entre os patrimônios da Humanidade.

A senadora Mariana Silva (PT-AC) pediu que propostas de inclusão de outros ecossistemas na lista dos patrimônios nacionais sejam apreciadas pelo Senado.



Ramez Tebet lembra que Mato Grosso do Sul detém 65% da chamada região do Pantanal

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) elogiou a oportunidade da proposta. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) argumentou que o Pantanal é único, com o que concordou Carlos Patrocínio (PTB-TO). Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que votaria a favor, embora considerasse a PEC redundante. Para ele, "patrimônio nacional é todo o território brasileiro, até o Polígono das Secas".

Correção da tabela do IR deve ser votada logo

Presidente do Senado, Ramez Tebet, afirma que a matéria é de interesse da sociedade, “e nenhuma matéria com essa característica pode ficar para trás”. Projeto será lido hoje, iniciando a tramitação na Casa

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que permite a correção da tabela do Imposto de Renda, originalmente de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES). A matéria estabelece uma correção de 17,5% na tabela. A oposição e o PMDB defendiam correção de 20%.



Paulo Hartung é o autor da proposta original de correção da tabela do IR

Segundo o presidente do Senado, Ramez Tebet, existe a possibilidade de o projeto ser aprovado pela Casa ainda este ano e, aí, só dependeria da sanção do presidente da República para entrar em vigor.

— Essa matéria é de interesse da sociedade, e nenhuma matéria com essa característica pode ficar para trás. Chegando

à Casa, votaremos logo — afirmou Ramez Tebet.

Pelas previsões de lideranças partidárias, o projeto será lido no Senado hoje e, em seguida, encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, podendo ser votado em Plenário na próxima semana.

O projeto original de Hartung

Rendimento mensal em R\$	Aliquota	Parcela a deduzir em R\$
Até 1.057,50	isento	—
De 1.057,51 a 2.115,00	15%	158,62
Acima de 2.115,00	27,5%	423,00

previa a correção da tabela do Imposto de Renda em 28,4%. Na Câmara, duas comissões elevaram o percentual para 35,29%. O governo considerou o novo índice muito alto e propôs, ao invés da correção da tabela, a elevação do desconto padrão concedido aos contribuintes que utilizam a declara-

ção simplificada, de 20% para 25%. Mas a proposta não foi aceita pelas lideranças. O impasse só chegou ao fim depois de um acordo que fixou a correção da tabela do imposto em 17,5%. Pelo que ficou acertado, o limite de isenção do Imposto de Renda passa de R\$ 900 para R\$ 1.057,50.

Tebet destaca trabalho do Congresso

O presidente do Senado, Ramez Tebet, congratulou o presidente da Câmara, Aécio Neves, pelo sucesso das articulações que permitiram a promulgação, na noite de terça-feira, da Emenda Constitucional nº 33, de 2001, que dispõe sobre a importação de combustíveis, porque agora será possível ao Congresso votar, antes do início do recesso parlamentar, a lei complementar que regulamentará a matéria.

— Presidente Aécio Neves, quero abraçá-lo e, assim fazendo, a toda a Câmara dos Deputados e também o Senado Federal, pelo trabalho ingente que o Congresso Nacional está realizando para cumprir sua missão com o nosso país — disse Tebet, falando enquanto presidia a sessão do Congresso.

Em seguida, Tebet referiu-se diretamente ao esforço realizado pelo Senado, que recebeu a proposta em 10 de outubro e terminou sua votação, em segundo turno, na mesma terça-feira, graças ao empenho especial dos relatores e integrantes das comissões.

COMUNICAÇÃO

Na mesma oportunidade, o senador anunciou que está em entendimentos com Aécio Neves para concretizar a implantação do Conselho de Comunicação Social, de acordo com a Lei 8.339, de 1991, e informou que estava solicitando aos líderes as indicações de representantes da sociedade civil para cinco vagas no conselho.



Aécio mantém entendimentos com Tebet para implantar o Conselho de Comunicação

Partidos obstruem autorização de créditos adicionais

A Comissão Mista de Orçamento está enfrentando uma situação inédita. Partidos diferentes, como PT, PDT e PFL, passaram a obstruir seus trabalhos e, com isso, está paralisada a votação de 66 projetos enviados pelo Executivo solicitando créditos adicionais para órgãos do governo. Se não houver acordo, o presidente da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), pretende remeter os projetos para votação direta no Plenário do Congresso Nacional.

O PT decidiu obstruir as votações até que estejam totalmente acertados e cumpridos acordos sobre a correção da tabela de cálculo do Imposto de Renda e sobre a renegociação da dívida de R\$ 4,5 bilhões para pequenos produtores rurais. Até terça-feira, o PT exigia também compromisso para aumento real do salário mínimo, e obteve sucesso na reivindicação.

Já o PFL, comandado na comissão pelo deputado José Carlos Aleluia (BA), vem obstruindo as votações exigindo que os deputados e senadores votem uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) que pode permitir novas liberações de verbas para a ampliação do aeroporto de Salvador.

Depois de uma investigação inicial nas obras, o TCU repassou ao Congresso a decisão sobre uma proposta da construtora responsável pelas obras, a qual pretende dar R\$ 30 milhões como garantia

para a União voltar a destinar verbas ao aeroporto. Se as averiguações do TCU concluírem que a empresa tem culpa nas irregularidades, ela perderá o dinheiro da garantia. A comissão vem protelando a votação do caso, por se tratar de uma situação nova e polêmica.

Finalmente, o representante do PDT na comissão, deputado Geovani Queiroz (PA), não quer votar qualquer pedido de crédito que use dinheiro do superávit fis-



Comissão Mista de Orçamento enfrenta obstrução de três partidos e só consegue votar sete autorizações de crédito

cal do governo. O deputado sustenta que isso só ocorre porque o governo “exagera” ao economizar,

obtendo superávit maior que o necessário e, ao chegar o final do ano, quer usar o “excesso” em projetos de seu interesse.

Mesmo com a obstrução, houve acordo ontem sobre sete pedidos de recursos, aprovados em menos de meia hora. O maior deles, no valor de R\$ 4,72 bilhões, destina-se ao Tesouro Nacional e cobrirá compromissos do governo em seus programas de renegociação das dívidas estaduais e dos bancos estatais.

Líderes confirmam acordo para salário mínimo

Líderes de todos os partidos da Câmara aprovaram ontem, em reunião na casa do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, acordo para que o salário mínimo seja elevado de R\$ 180 para R\$ 200 em abril do ano que vem — um aumento de 11,11%. Para isso, será usado R\$ 1,55 bilhão do Orçamento de 2002 que estava reservado para as emendas coletivas dos deputados e senadores.

O emprego das verbas das emendas foi uma sugestão do relator-geral do Orçamento, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP). Ele fará um corte de 40% a 50% nos valo-

res das emendas das comissões permanentes do Congresso e de 10% a 14% nas emendas das bancadas estaduais, as quais haviam sido aprovadas na semana passada. As emendas individuais foram preservadas.

O aumento do salário mínimo gerou uma grande polêmica no Congresso desde a última quinta-feira, quando as oposições decidiram obstruir a votação dos relatórios setoriais do Orçamento até que o governo concordasse com um reajuste acima da inflação. O problema surgiu porque o relatório setorial da Previdência

Social não previa qualquer aumento para o salário mínimo, nem mesmo reposição inflacionária. A Previdência paga o salário mínimo a 10 milhões de aposentados do INSS.

Com o acordo, Sampaio Dória destinará em seu relatório final a verba de R\$ 1,55 bilhão à Previdência. A oficialização do mínimo de R\$ 200, no entanto, será feita pelo presidente da República, em projeto, no início do próximo ano. Este é o segundo ano consecutivo em que os deputados e senadores abrem mão de parte de suas emendas para beneficiar o salário mínimo.

Restrição à imunidade parlamentar passa na CCJ

Conforme a PEC, senadores e deputados poderão ser processados pelo Supremo Tribunal Federal se cometerem crimes comuns. A prerrogativa será mantida apenas para os chamados crimes de opinião

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que restringe a imunidade parlamentar. O senador José Fogaça (PPS-RS) apresentou parecer favorável ao texto da Câmara, que altera pontos da PEC aprovada pelo Senado há mais de dois anos.

Pela proposta, do senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) e que deve começar a ser votada ainda este ano pelo Plenário, fica mantida a imunidade apenas para os crimes de opinião. Os parlamentares estarão sujeitos a ações judiciais por crimes comuns, e caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) processá-los.

A Câmara modificou a proposta do Senado com relação à sistemática de tramitação dos pedidos de licença para que os parlamentares sejam processados. Na versão original aprovada pelo Senado, a licença era automaticamente concedida, após 120 dias, se não houvesse deliberação sobre o pedido. No texto aprovado pela Câmara e endossado pela CCJ, não é

necessário pedido de licença para que o parlamentar seja processado pelo Supremo.

Entretanto, diferentemente do que previa o texto do Senado, o processo pode ser suspenso. Os partidos políticos com representação no Senado e na Câmara, pelo voto da maioria dos membros de suas bancadas, poderão sustar o andamento do processo no STF.

Fogaça argumenta que decidiu manter o texto da Câmara por entender que “a sociedade exige pressa” na aprovação de uma matéria destinada a dar maior transparência ao Congresso Nacional. Se fosse promovida qualquer alteração na matéria, com a apresentação de emendas, o projeto teria de retornar à Câmara, o que, observou Fogaça, poderia ser encarado pela sociedade como medida protelatória.

— O que a CCJ aprovou não é o melhor, mas sim o possível. É um passo imprescindível para a recuperação do prestígio do Legislativo, que não pode mais ser postergado — disse Fogaça.

Senadores divergem sobre as alterações feitas pela Câmara

As alterações feitas pela Câmara no texto aprovado pelo Senado que restringe a imunidade parlamentar provocaram intensos debates na reunião da CCJ. O relator da proposta, senador José Fogaça, apontou avanços no trabalho dos deputados, que acabaram com a necessidade de licença prévia para que parlamentares sejam processados por crimes comuns.

O problema, apontado pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS), é que o texto dos deputados permite à Câmara ou Senado suspender o processo, em andamento no STF, caso se perceba um “viés político” na denúncia contra o parlamentar.

Para Jefferson, a versão da Câmara “é pior” que a do Senado e contém uma “anomalia jurídica” ao dar poderes às duas Casas para interromper processo criminal contra parlamentar. O dispositivo, avalia, fere o princípio da independência dos Poderes. Para Simon, “a Câmara deixou a proposta enviada pelo Senado na gaveta e mandou outra para cá para

ficar com a palavra final”.

Requião disse que o poder dado aos partidos políticos de sustar o andamento de ações no STF é inconstitucional. Ele pediu que a comissão analise com “maior prudência” a matéria, a fim de evitar conflitos com o Judiciário.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) afirmou que a necessidade de aprovar rapidamente as restrições à imunidade não pode servir de pretexto para que o Senado torne-se uma Casa apenas homologadora das decisões da Câmara.

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), disse que as mudanças feitas pela Câmara melhoraram a proposta. Ele afirmou que o fato de um partido solicitar a sustação de um processo no STF não significa interferir nos trabalhos do Judiciário. A mesma opinião tem o senador Roberto Freire (PPS-PE).

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), também defendeu a aprovação da proposta, por entender que a demora poderia ser encarada pela opinião pública como medida protelatória.



A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem o parecer oferecido por Fogaça à proposta de emenda constitucional

Emenda corrigirá “uma injustiça”, diz Rabez Tebet

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe a imunidade parlamentar, em tramitação no Senado, vai corrigir “uma injustiça e uma discriminação com o cidadão comum”. A opinião foi manifestada ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, que interrompeu sua agenda da manhã para acompanhar a discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador disse acreditar que a PEC, já aprovada na Câmara e que recebeu ontem parecer favorável da CCJ, será aprovada no Senado

sem modificações.

— Essa matéria é tão importante que resolvi acompanhar de perto, e vejo pelos debates que deverá ser aprovada rapidamente e sem alterações — disse o senador, antes da decisão da CCJ.

Tebet lembrou que a PEC está apenas retornando ao Senado, que já apreciou a matéria dois anos atrás, a partir de parecer do próprio senador José Fogaça (PPS-RS), atual relator da proposta na comissão.

DESIGUALDADE

O presidente afirmou ainda que não estranhava as modificações

feitas pela Câmara no texto do Senado. Mudanças, observou, fazem parte do sistema bicameral do Poder Legislativo.

— Acho que, mesmo com as mudanças, qualquer avanço que fizermos no sentido de evitar a impunidade no país é positivo, pois esse é o desejo da sociedade e de todo o Brasil: acabar com as desigualdades. Não é possível que o cidadão seja punido na Justiça comum por crime que cometeu, enquanto o político fica acobertado pela impunidade, mesmo que também tenha praticado um crime comum — enfatizou Tebet.

PEC deve ser votada em Plenário ainda este ano

Foi aprovado ontem pelo Plenário, após intensa discussão, requerimento que antecipa a votação em Plenário das propostas de emenda à Constituição relativas às restrições à imunidade parlamentar, à cobrança da taxa de iluminação pública pelos municípios e ao fim da isenção do ICMS nas operações interestaduais com petróleo e energia. O requerimento, assinado pelos líderes dos partidos, recebeu 37 votos favoráveis e cinco contrários.

Com a decisão, os prazos para tramitação das propostas obedecerão a calendário especial, que se encerrará no dia 19. O objetivo é que as matérias sejam votadas ainda em 2001. As três PECs haviam sido aprovadas na manhã de ontem na CCJ.

A discussão iniciou-se quando o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) invocou o Regimento Interno para contestar o requerimento. “Apesar do conteúdo elogiável, essa matéria necessita de uma reflexão mais ponderada”, afirmou Cabral, advertindo que o pedido pode abrir “um precedente perigoso”.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apelou aos líderes partidários que recusassem da proposta, tendo em vista “o desrespeito aos prazos de tramitação”.

CONSENSO

O senador Tião Viana (PT-AC) apoiou o alerta de Bernardo Cabral. Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmaram que não respeitarão o acordo e apresentarão emendas à PEC que restringe a imunidade parlamentar. Caso confirmem a intenção, a aprovação de qualquer uma das propostas em 2001 estará comprometida. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que “circunstâncias extraordinárias no passado permitiram que o Regimento Interno fosse quebrado” objetivando votações de propostas de emenda à Constituição “em nome do consenso”.

Já o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), defendeu o requerimento, dizendo que “a prática é usual” na Casa. A observação recebeu apoio do sena-

dor José Eduardo Dutra (PT-SE). Como a decisão “não desrespeita princípios constitucionais” e há consenso das lideranças sobre as matérias, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou possível acelerar a tramitação.

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) argumentou que o regimento já foi flexibilizado outras vezes para permitir a aprovação de matérias de interesse da sociedade. A seu ver, a imunidade parlamentar hoje “é confundida com impunidade”, por isso, ressaltou, o dever do Senado de votar a PEC. Para o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), não se pode encarar como uma questão regimental o pedido de encurtamento do prazo de votação de propostas de emenda à Constituição.

Segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC), a decisão não representa infração ao regimento. A senadora Marina Silva (PT-AC) ponderou que o pleito acordado entre as lideranças não constitui manobra regimental para estabelecer privilégios, mas sim para retirá-los.

Ministro anuncia MP para moralizar futebol

Senadores que integraram CPI sobre irregularidades no esporte ouviram ontem de Carlos Melles promessa de que, dentro de duas semanas, será editada medida provisória contendo principais providências sugeridas pela comissão

Integrantes da CPI do Futebol ouviram ontem do ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, a promessa de que o governo editará dentro de 15 dias medida provisória contendo as principais providências sugeridas pela comissão para moralizar o esporte no país. Estavam presentes ao encontro os senadores Álvaro Dias (PDT-PR), Geraldo Althoff (PFL-SC), Sebastião Rocha (PDT-AP), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Álvaro Dias, que presidiu a CPI, declarou à Rádio Senado que a anunciada mudança dará maior transparência ao esporte. A legislação proposta pela CPI impedirá que dirigentes condenados ou inadimplentes na prestação de contas possam se eleger. Também dará poderes ao Ministério Público para intervir em clubes, ligas e federações, bem como na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), no caso de descumprimento da lei de responsabilidade do futebol.

Geraldo Cândido destacou a importância de parceria entre o Legislativo, o Executivo e o Ministério Público para mudar a configuração do futebol brasileiro. "A medida provisória será instrumento importante para coroar o relatório final da CPI", disse.

O relator da CPI, Geraldo Althoff, declarou durante teleconferência



Presidente do Senado, Ramez Tebet, tendo ao lado Álvaro Dias (E), Geraldo Althoff e Geraldo Cândido, também recebeu relatório final da CPI

com as assembleias legislativas do Paraná e de Santa Catarina acreditar que a mudança de mentalidade no futebol depende ainda de outras alterações na lei.

CONTINUIDADE

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu também o texto completo do relatório final da CPI e a informação de que os senadores darão continuidade ao trabalho, seguindo as ações do Ministério Público e do Judiciário com relação às conclusões que apontaram a existência de irregularidades no futebol brasileiro. O re-

latório foi entregue por Álvaro Dias e Geraldo Althoff.

— A CPI encerrou sua etapa e agora entrega o relatório ao Ministério Público, que passa a ser o responsável pelo encaminhamento dos inquéritos para punição das irregularidades cometidas. Mas o Senado continuará acompanhando o assunto, porque o povo brasileiro não suporta mais a impunidade. A ética tem que permear todas as atividades, inclusive o futebol, que é paixão nacional — afirmou Tebet.

CCJ acolhe emendas à proposta de reforma do Poder Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem duas emendas do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de reforma do Judiciário. As emendas alteram as regras para o ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público.

Também foi aprovada emenda do senador Romero Jucá (PSDB-RR) transferindo da União para o governo do Distrito Federal a manutenção da Defensoria Pública

do DF.

Na reunião da CCJ, foram examinados 16 requerimentos de votação em separado de emendas à proposta. A maior parte das emendas foi rejeitada, mantendo-se quase na íntegra o relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Foram aceitas três emendas do senador Francelino Pereira (PFL-MG). A primeira trata da escolha de membros dos tribunais de Justiça. Outra emenda mantém a existência do Tribunal de Alçada. A última preserva competências do Superior Tribunal de Justiça.

ENERGIA

A comissão aprovou ainda re-

latório do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) favorável a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que extingue a imunidade específica de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativa às operações que destinem petróleo e energia elétrica a outros estados.

Também foi acolhido relatório do senador Osmar Dias (PDT-PR) que acolhe parcialmente emendas apre-

sentadas à proposta de emenda constitucional do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª e 8ª Regiões, respectivamente em Curitiba, Belo Horizonte e Salva-

dor. A CCJ aprovou parecer do senador Ademir Andrade

(PSB-PA) favorável a projeto de Bernardo Cabral autorizando o Executivo a doar ao Aeroclube do Amazonas o terreno em que funciona a entidade. Também recebeu parecer favorável proposta que permite a cobrança de taxa de iluminação pública pelos municípios.



Bernardo Cabral é relator da proposta que introduz mudanças no Judiciário

Maria do Carmo diz que aumento do número de delegacias não reduziu violência contra mulher

O funcionamento de 278 delegacias especializadas de atendimento à mulher em todo o país e de 45 casas que servem de abrigo para proteger mulheres e filhos em situação de risco de vida representam grande avanço, mas ainda não são suficientes para diminuir a violência doméstica contra a mulher, segundo afirmou a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Em vários estados brasileiros, informou, a violência contra a mulher cresceu, como em São Paulo, onde aumentou 43,7% entre 1999 e 2001, com registro de 30 mil queixas mensais, sendo um terço referente a agressões.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a violência doméstica um problema de saúde pública, segundo a senadora, e

afirma que mulheres agredidas constantemente perdem um ano de vida saudável a cada cinco anos, sem falar nas somatizações das agressões, que se traduzem em dores de estômago, insônia, mal-estar e outros tipos de dores, o que leva as vítimas com frequência aos postos de saúde.

Apesar do bom funcionamento das delegacias da mulher, avaliou Maria do Carmo, essas instituições não conseguem impedir que a sociedade continue a tratar com condescendência o agressor, que geralmente fica impune.

— Seria extremamente importante para a redução do problema que profissionais de saúde que atendem vítimas de agressões se conscientizassem da gravidade da situação e tomassem providên-

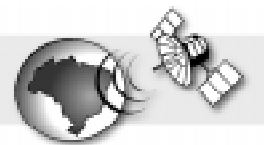


Maria do Carmo defendeu projeto de sua autoria que dá mais proteção à mulher vítima de agressão

cias cabíveis ao caso, quer comunicando o fato a autoridades policiais, quer entrando em contato com a assistência social — afirmou.

A senadora registrou que no dia 25 de novembro foi comemorado o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Drogas ilícitas — Parte 2
6h30 — Entrevista — O sen. Nabor Júnior fala sobre a Feira do Pacífico
7h — Comissão de Educação — Sabatina de indicados para a Agência Nacional de Cinema (Ancine)
8h45 — Senado Informa (ao vivo)
9h — Comissão de Infra-Estrutura — Reunião para a aprovação de quatro indicados à direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) (ao vivo)
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
14h — Comissão de Infra-Estrutura — Sabatina dos indicados para a Aneel (gravado)
17h30 — CPI das ONGs — (gravado)
20h — Cidadania — O sen. Artur da Távola e o publicitário Duda Mendonça falam sobre o marketing político
20h30 — Horário político do PSB — 10 minutos
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
13h30 — Chão de Estrelas — Os grandes nomes da nossa música mais popular
14h15 — Senado Notícias — Edição da tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reapresentação)
19h30 — A Voz do Brasil
20h — Música, informação e serviços
20h30 — Chão de Estrelas — Os grandes nomes da nossa música mais popular (reapresentação)
22h — Senado Notícias — Edição da noite
23h — Improviso — Reapresenta os melhores momentos da trilha sonora do filme American Graffiti, de George Lucas

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Comissão aprova restrições ao uso do silicone

Substituto do senador Sebastião Rocha acatado pela Comissão de Assuntos Sociais permite a aplicação do produto apenas com indicação terapêutica precisa e após a Anvisa estabelecer os critérios quanto à dose e forma de aplicação

O uso medicinal do silicone injetável deverá sofrer restrições, conforme substitutivo de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O produto somente poderá ser utilizado com indicação terapêutica precisa, e desde que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tenha autorizado o uso e estabelecido critérios quanto à dose, concentração e forma de aplicação.

Segundo o senador, a intenção é permitir que a Anvisa passe a atuar de forma similar à da Food and Drug Administration (FDA), órgão norte-americano de controle de alimentos e remédios, em relação aos produtos à base de silicone.

A agência norte-americana, segundo Rocha, mantém permanente monitoramento do uso do silicone por meio do recebimento de reclamações da sociedade,

além de emitir, periodicamente, documentos com informações sobre os casos reportados e resultados dos últimos estudos científicos sobre o tema.

O consentimento livre e esclarecido do interessado, no caso da utilização de implantes e próteses que contenham silicone gel e silicone injetável, além da exigência da exibição da bula ao paciente antes do ato operatório, também é exigência estabelecida pelo relator. O substitutivo foi elaborado em boa parte, salientou o relator, com base nas quatro audiências públicas promovidas pela comissão para debater o projeto.

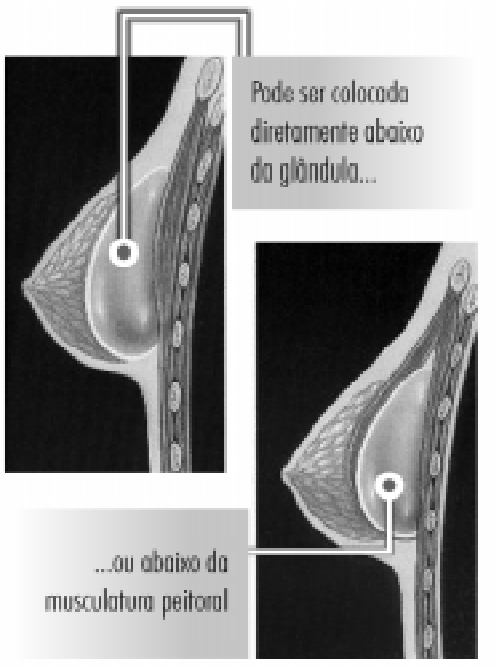
RETINOPATIA

Foram as manifestações de oftalmologistas, durante os debates, sobretudo com relação ao uso do óleo de silicone nos casos, por exemplo, de retinopatia (deslocamento de retina), como recurso para salvar o olho do paciente, que convenceram Se-

O uso do silicone

O que a Comissão de Assuntos Sociais decidiu:

- O silicone injetável só poderá ser utilizado com indicação terapêutica precisa.
- O uso dependerá de consentimento do interessado.
- O uso irregular do silicone injetável sujeita às penas do crime de lesão corporal, sem prejuízo de outras sanções penais e civis.



Pode ser colocada diretamente abaixo da glândula...

...ou abaixo da musculatura peitoral

bastião Rocha da necessidade de criar uma exceção à proibição contida no artigo primeiro do projeto original.

O substitutivo ainda estabelece que o uso do silicone injetável em desacordo com as prescrições legais ou regulamentares

sujeita o agente às penas do crime de lesão corporal, sem prejuízo de outras sanções de natureza penal e civil.

Mãe adotante pode ter direito a licença-maternidade de 120 dias

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer da senadora Marina Silva (PT-AC) a projeto da Câmara dos Deputados que estende à mãe adotante o direito à licença-maternidade, de 120 dias, sem prejuízo do salário e do emprego, além do salário-maternidade. A matéria, que regulamenta a Constituição e modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), será agora examinada pelo Plenário.

De acordo com a proposição, no entanto, os 120 dias só serão assegurados para a funcionária que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança de até 1 ano. Esse período será reduzido para 60 dias se a criança tiver de 1 a 4 anos. Para o empregador que desrespeitar a lei, a proposição prevê multa.

No parecer, Marina Silva se refere à justificação do projeto, na qual a autora alega que a Constituição, além de garantir a total remuneração durante o afastamento da empregada gestante, proíbe prejuízos ao emprego, cumprindo sua finalidade de proteção à maternidade e à família. A relatora observa que a importância da licença-maternidade não está apenas na



Marina Silva apresentou o parecer aprovado ontem pela CAS. A decisão final será do Plenário

recuperação física da mãe que deu à luz, mas no atendimento das necessidades de correta alimentação, "bem como de carinho e amor para a criança".

ADAPTAÇÃO

No caso da adoção, a senadora entende que esses cuidados são ainda mais importantes, uma vez que a adaptação à nova realidade, tanto pela mãe como pela criança, é mais difícil e trabalhosa.

— A maneira como um recém-nascido é visto pelo adulto no início de sua vida, sem dúvida alguma, influenciará todo o seu comportamento futuro no que diz respeito ao estabelecimento de ligações afetivas — disse Marina Silva. Ela ainda destacou que, para a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente, "é incontestável a igualdade entre o adotado e o filho natural".

Acatado projeto que regulamenta profissões de mototaxista e motoboy

Projeto do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros (mototaxistas) e em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua (motoboy) com o uso de motocicleta foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. A proposta, que só será examinada pelo Plenário se houver requerimento de pelo menos dez senadores, estabelece os requisitos para o exercício dessas atividades, define áreas específicas da atuação profissional e oferece normas para o exercício do serviço comunitário de rua.

Com parecer favorável da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), o projeto estabelece os critérios para o exercício profissional: ter completado 21 anos; possuir habilitação, por pelo menos dois anos, na categoria A; e estar habilitado em curso especializado. A relatora destaca que, tendo esses profissionais já se consolidado no mercado de trabalho, é preciso estabelecer as regras para o seu exercício.

SEGURO-DESEMPREGO

A CAS aprovou ainda substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao projeto da Câmara que cria novas regras para a concessão do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso. O texto estabelece um salário mínimo mensal para os pescadores impedidos de pescar, conforme

estabelecia a proposta original.

No substitutivo, Alcântara rejeita seis emendas e acolhe uma, de autoria do senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA), que propõe credenciar os bancos oficiais federais para celebrar convênio para pagar o seguro-desemprego nos municípios e localidades onde não haja agência credenciada para o pagamento do seguro-desemprego.

Os motoristas de caminhão e ônibus não poderão trafegar em rodovias nem dirigir ininterruptamente por mais de quatro horas, devendo descansar pelos menos 30 minutos de forma contínua ou de modo descontínuo, ao longo de quatro horas dirigidas, conforme substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a projeto do Executivo também aprovado pela CAS.



Mauro Miranda é autor do projeto que beneficia as duas atividades profissionais

O dia em que as crianças ocuparam o Plenário

Fato inédito na história da Casa: meninos e meninas lêem no Senado partes do documento “Crianças do Brasil – Construindo a Agenda 21 Infantil”, em que abordam temas como o combate à violência, ao racismo e à poluição

Por iniciativa do presidente do Senado, Ramez Tebet, parte da sessão plenária de ontem foi dedicada a homenagear as crianças e adolescentes brasileiros, por ocasião do lançamento dos Tratados da Agenda 21 Infantil, em processo de construção pela Conferência Criança Brasil no Milênio (CCBM) e endossada pela Agência das Nações Unidas para Programas Ambientais (Unep).

Após a solenidade, Tebet recebeu o diploma de “Amigo da Criança” e afirmou que o Brasil precisa se conscientizar de que, ao gastar mais com educação e saúde para as crianças, estará economizando em penitenciárias, em combate à violência e em atividades de fiscalização e repressão no futuro.

Presidindo a sessão, ele convidou para compor a Mesa a deputada Rita Camata, presidente da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e o coordenador do programa Agenda 21 Infantil, Cláudio Augusto Vieira da Silva. Presentes à solenidade, dezenas de crianças do Brasil inteiro, representando brancos, negros e índios leram os tratados que manifestam preocupação com o meio ambiente e a violência e reivindicam mais escolas, hospitais, lazer e esporte.

Tebet fez uma reflexão sobre as condições que os brasileiros adultos estão oferecendo às crianças e ponderou que as respostas a essas perguntas certamente não serão animadoras. “Agradecemos a essas crianças que vieram ao Senado para nos dar as lições de que precisamos e apontar os caminhos que devemos trilhar.”

Tebet elogiou o Estatuto da Criança e do Adolescente e manifestou-se contrário à diminuição do limite de 18 anos para a responsabilidade penal. Ele assumiu o compromisso de lutar por mais recursos para os programas da infância e adolescência.

Para a senadora Marina Silva (PT-AC), professores, senadores e cidadãos em geral precisam contribuir para a conscientização das crianças, trabalhando para que elas mesmas assumam compromissos de defender a vida.



Representando brancos, índios e negros, crianças tomam assento no Plenário



Ramez Tebet, presidindo a sessão, refletiu sobre as condições oferecidas às crianças, enquanto Marina Silva disse que todos precisam trabalhar para a conscientização infantil



Emilia destacou importância de as crianças perceberem espaço positivo na política

Elas dizem o que querem

Em um fato inédito na história do Senado, 13 crianças de até 12 anos leram em Plenário partes do documento “Crianças do Brasil – Construindo a Agenda 21 Infantil”.

O texto foi apresentado pela Conferência Criança Brasil no Milênio (CCBM) e endossado pela Agência das Nações Unidas para Programas Ambientais (Unep). Entre os temas abordados pelos pequenos parlamentares estavam solidariedade, responsabilidade social, não-proliferação da violência, saúde, racismo e despoluição.

A menina Rafaela Martins Câmara leu um discurso representando as 820 crianças participantes da CCBM. “Somos crianças sensíveis às questões apresentadas nas escolas, na TV, na nossa vida pessoal. Pedimos atenção dos parlamentares para nossos tratados e pedimos que nos ajudem a promovê-los e melhorá-los”, disse. Rafaela afirmou que a CCBM quer formar

grupos de crianças para participar do melhoramento do ambiente, ajudar a valorizar a vida, a escola, o amor ao próximo e a natureza. Rafaela explicou que a Agenda 21 Infantil terá 40 tratados, como a Agenda 21 das Nações. A expectativa é que fique pronta em cinco anos.

Isabela Barbosa Sepúlveda leu trecho do primeiro tratado, destacando ser a criança indígena o mais importante elemento de perpetuação da sabedoria dos povos indígenas. Danilo Neves Rocha da Silva propôs a valorização da cultura negra e indígena e o uso de lixo orgânico para produzir adubo. Para evitar a violência, a menina Gabriela da Rocha Moraes sugeriu, de acordo com o Tratado IV, evitar palavras, mal-entendidos, brigas e confusões; cumprir o prometido, ser solidário e honesto.

Participaram da leitura duas crianças indígenas. A menina Xauany, da tribo Pataxó, e o menino Raoni, da tribo Fulni-ó.

Emilia: mensagens devem ser assimiladas

Ao cumprimentar o presidente do Senado, Ramez Tebet, por ter proposto, associado a outros parlamentares, a sessão plenária em homenagem à infância, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) ressaltou a importância de todas as considerações da Agenda 21 Infantil, documento apresentado por crianças durante a sessão.

– Que as mensagens e os sentimentos colocados neste singelo documento sejam incorporados por todas as autoridades brasileiras – disse a senadora.

Emilia salientou a importância do conteúdo da Agenda 21 Infantil, quando clama por amor, solidariedade, fraternidade e educação de qualidade para todos. A senadora declarou-se feliz por participar da sessão em homenagem à infância, segundo ela, “um momento histórico e inédito no Senado”.

Emilia falou sobre a importância de as crianças perceberem na política também um espaço positivo, uma vez que estão acostumadas a ouvir que os políticos são corruptos e desonestos.